

## PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

DIA 20.02.2018

### **Secretário:**

Em deliberação o Projeto de Lei, de autoria do Vereador **Raulzinho**, que “**DISPÕE** sobre a obrigação dos shoppings, hipermercados e supermercados, da cidade de Manaus, instalarem placas de aviso tipo porte, informando da proibição e suas punições, ao estacionar na vaga reservada ao idoso e deficiente e dá outras providências”.

Art. 1º Fica obrigado, no âmbito do município de Manaus, os shoppings, supermercados e hipermercados, instalarem placas de aviso, tipo porte, em frente as vagas de estacionamentos reservadas a idosos e deficientes.

### **Presidente:**

Em deliberação.

Os que deliberam permaneçam como estão.

Deliberado, toma o n.º [002/2018](#) e vai à 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

---

### **Secretário:**

Em deliberação o Projeto de Lei, de autoria do Vereador **Raulzinho**, que “**DISPÕE** sobre a execução do Hino Nacional e do Hino do Amazonas, nas escolas de ensino fundamental da cidade de Manaus e dá outras providências”.

Art. 1º Fica obrigado, no âmbito do município de Manaus, a execução do Hino Nacional e do Hino do Amazonas, uma vez por semana, nas escolas de ensino fundamental.

### **Presidente:**

Em deliberação.

Os que deliberam permaneçam como estão.

Deliberado, toma o n.º [003/2018](#) e vai à 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

**Secretário:**

Em deliberação o Projeto de Lei, de autoria do Vereador **Missionário André**, que “**ASSEGURA** todas as informações e direito de atendimento aos deficientes auditivos por meio de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, em todas as instituições públicas municipais de Manaus”.

Art. 1º Aos deficientes auditivos fica assegurado o direito de serem atendidos em todas as repartições públicas do poder executivo municipal, por 01 (um) ou mais servidor capacitado para se comunicar em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, sob a coordenação do Fundo Manaus Solidária - FMS

**Presidente:**

Em deliberação.

Os que deliberam permaneçam como estão.

Deliberado, toma o n.º 004/2018 e vai à 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

